O RECONHECIMENTO DO VALOR SOCIAL DO PROUNI NA VISÃO DOS BOLSISTAS EGRESSANTES

Ecognition of social value in Prouni in view of fellows egressantes

Valor de reconocimiento de la visión social Prouni de los beneficiarios egressantes

Sônia Aparecida Siquelli[1]
Neide Pena Cária[2]

RESUMO: Este artigo é resultado de reflexões acerca de mais de uma década do Programa Universidade para Todos - Prouni -, política pública de inserção no ensino superior, destinada aos jovens de baixa renda para acesso a esse nível de ensino. Sob a perspectiva da análise política e histórica, a pesquisa, de natureza qualitativa, objetivou conhecer, descrever e analisar o significado e as repercussões do Prouni na vida e na carreira dos bolsistas egressantes no período de 2005-2015, no contexto das políticas neoliberais da década de 1990. Foi realizada uma coleta de dados, por meio de um questionário semiestruturado, aplicado aos bolsistas graduados egressos de uma universidade privada no Sul de Minas Gerais. O estudo do impacto dessa política na formação dos egressos mostrou que, apesar do cenário neoliberal em que foi gestada, tornou-se a única oportunidade de formação e qualificação para os jovens dessa região, os quais fazem parte do mercado de trabalho atualmente devido à bolsa Prouni. A partir do estudo, reafirmam-se as contradições em torno do tema e comprova-se a sua importância como política de inclusão social, apesar de inserida em estruturas neoliberais.

Palavras-chave: Prouni; Inclusão social**;** Ensino superior; Política Educacional; Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

De forma tardia, é somente nas últimas décadas do século passado, principalmente, que ocorrerá no Brasil uma acelerada corrida à universalização da educação básica e à expansão do acesso ao ensino superior. Assim como em outros países da América Latina, presenciamos no final do século XX um amadurecimento quanto ao direito à educação como princípio fundante de uma sociedade democrática. Tal amadurecimento demanda pouca justificativa uma vez que se trata de uma necessidade amplamente já sentida e aceita no mundo contemporâneo, em nível global. De fato, uma vez reconhecido o direito à educação para "Todos" e, apesar de sua importância evidente,

[1] Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos-UFSCar. Docente do Mestrado em Educação da Universidade do Vale do Sapucaí-Univás/MG. Líder do NEPHEB-Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ética, Política e História da Educação Brasileira e coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação da Univás-CEPEDU. soniasiquelli@hotmail.edu.br

[2] Doutora em Educação: Currículo (PUC/SP). Docente do Mestrado em Educação da Universidade do Vale do Sapucaí/MG. Coordenadora e professora do Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade do Vale do Sapucaí. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Gestão (GPEG). iinap@uol.com.br.

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

tornar este direito uma realidade exige políticas de Estado, principalmente, no caso dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

Nas duas últimas décadas do século passado, período marcado pela era de direitos sociais, em um contexto de consolidação do neoliberalismo, paradoxalmente, as desigualdades econômicas e sociais, características da grande parte das sociedades modernas, ganharam espaço na agenda dos governos e de organismos internacionais, colocando como exigência a inclusão das populações marginalizadas na formulação de políticas públicas das nações, em seus diversos aspectos, como: pobreza, etnia, gênero, deficiência, entre outros. São questões que se referem, a *priori*, à inclusão social, que têm predominado no discurso político contemporâneo, considerando o papel do Estado e da sociedade na constituição da cidadania e na consolidação da democracia.

Particularmente, no Brasil, a compreensão de que uma sociedade democrática deve primar pela educação de seus cidadãos se deu, principalmente graças aos movimentos sociais que, na década de 1980, lutaram pelo fim do regime autoritário e pela democratização da sociedade e da educação. Tais conquistas foram incorporadas à Carta Constitucional de 1988, principalmente, ao garantir a gestão democrática da educação pública e ao dar nova forma à organização do sistema federativo brasileiro. Isso representou o impulso para a descentralização da gestão de políticas públicas, reconhecendo os estados e municípios como entes federativos autônomos, os quais passaram a assumir parte da responsabilidade de execução dessas políticas.

A partir da década de 1990 é que o Estado incorpora em sua agenda mais espaço para as políticas sociais a fim de atender às manifestações e anseios da sociedade, sinalizando esforços na direção de tornar realidade a democratização da educação. Entretanto, o processo de redemocratização do Estado brasileiro se dá em paralelo ao início de um processo de reforma marcado pela forte influência dos economistas liberais na gestão do Estado e pela influência externa das agências multilaterais. As políticas daí originadas tiveram e ainda têm repercussões significativas na relação Estado-sociedade, refletindo diretamente na educação, em todos os níveis, pois os economistas liberais passaram a coordenar não somente a economia, mas todas demais políticas. No caso do ensino superior, como tem sido consenso em pesquisas na área, as políticas de expansão se deram a partir da década de 1990, por meio da diversificação, privatização com o domínio da participação do capital privado e do empresariado na educação.

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

Neste contexto, a educação escolar, juntamente com as demais políticas sociais, como é o caso do Prouni, passa a ser associada às políticas econômicas, com ênfase na eficiência e eficácia, tendo o objetivo de gerar resultados para o fortalecimento econômico do Estado. O Prouni se insere no conjunto das políticas públicas, denominadas políticas de ações afirmativas, desenvolvidas pelo Ministério da Educação (MEC), destinadas aos estudantes de baixa renda, na busca da democratização do acesso e permanência desse estrato da população no ensino superior e, consequentemente, contribuindo para a sua inclusão social.

Este artigo objetiva apresentar resultados e discussões de uma pesquisa que investigou sobre o atendimento de jovens em idade universitária do município de Pouso Alegre, localizado no Sul de Minas Gerais, Brasil, pelo Programa Universidade para Todos-PROUNI. Sob a perspectiva de análise histórica e política, procurou-se conhecer o número de jovens bolsistas em comparação com a amplitude da região atendida e as repercussões desta política na vida e na carreira dos egressos.

A pesquisa é de natureza qualitativa e levantou dados relativos ao período de 2005 a 2015, sendo dividida em dois momentos. O primeiro destinou-se ao levantamento do número de municípios na região do sul de Minas Gerais e o total de bolsistas atendidos na referida instituição, que é uma universidade privada com 50 anos de fundação; possui cursos de graduação em todas as áreas de formação e atende um total de 51 municípios no período pesquisado. No segundo momento, o estudo procurou conhecer o impacto do Prouni na formação dos egressos bolsistas desta universidade por meio de uma pesquisa empírica que se constituiu de um questionário eletrônico, semiestruturado, enviado a todos os bolsistas egressos. As informações foram coletadas no departamento de bolsas, que forneceram informações de identificação e dados estatísticos referentes aos anos de 2005 a 2015.

POLÍTICAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS

Políticas sociais têm o princípio de redistribuir benefícios sociais ao cidadão, com intuito de diminuir as desigualdades estruturais produzidas pelo sistema socioeconômico, como analisa Offe

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

(1991) na perspectiva de olhar para o Estado, enquanto mantenedor do sistema de classes sociais. O autor afirma que as políticas sociais, inclusive as presentes na educação, são criadas pelo Estado capitalista contemporâneo, uma vez que este, na sua própria constituição, produz a concentração de renda, o lucro nas mãos de poucos e, com isso, financia diretamente as diferenças sociais entre classes que classificam os cidadãos segundo seu poder de consumo e de renda. Sendo assim, o Estado atua como regulador das relações sociais, pois, submisso ao sistema capitalista de produção, se vê obrigado manter as relações capitalistas a qualquer preço. O Estado democrático liberal, ou mesmo social democrático, submetido às regras do sistema capitalista, ao ser enfraquecido nessa posição, torna-se mais atuante no espaço do cidadão e, assim, define-se seu papel de controlador do espaço dos direitos e deveres de cidadania (OFFE, 1991).

Historicamente, as políticas sociais surgem no século XIX com o conflito do capital e do trabalho no desenvolvimento da revolução industrial, que se prosseguia na sua forma mais determinante da época. Autores como Smith (1983), em sua obra *"*Riquezas das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*",* explicita as formas em que se dá, no século XVIII, o liberalismo econômico e suas influências no espaço político público. Hayek (1977), no século XX, com sua obra *"O Caminho da Servidão",* avança as análises do Estado democrático e do sistema econômico capitalista na visão já neoliberal, ou seja, o de transferir as responsabilidades do Estado à iniciativa privada. Esse novo liberalismo é marcado pela privatização do espaço público, enquanto universo de direitos sociais, camuflados pela ideia de melhoria na eficiência e eficácia desse espaço de cidadania aos meros produtores e consumidores do capital.

Essas referências nos proporcionam a condição de conhecer e refletir a função do Estado na garantia dos direitos individuais. Esse fundamento nos permite afirmar que os neoliberais do século vinte defenderam a iniciativa individual como base da atividade econômica, o que justifica o mercado como regulador da riqueza e da renda, assim como Friedman (1977), na obra *"*Capitalismo e Liberdade*",* foca o capitalismo competitivo, ou seja, as empresas privadas sob o lema do livre mercado e da liberdade econômica*,* expressões estas de natureza econômica, mas presentes no cotidiano social.

A conceituação de políticas públicas em educação se insere no contexto da descrição do histórico de como surgiram às políticas sociais. É certo que, no processo de acumulação capitalista

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

e em suas crises, as forças de trabalho se deterioraram ao longo da história, após o início da revolução industrial, no século XVIII. Entre as inúmeras repercussões do novo modelo econômico-industrial, com as forças de trabalho tornando-se obsoletas e não sujeitas ao Estado, mas, sim, ao capital privado, desencadeia na esfera privada da sociedade, inclusive no universo educacional, a atuação do Estado, como regulador da velha relação entre os donos da produção e das forças de produção, como analisa Offe (1984). Com essa atuação o Estado trabalha em prol da manutenção das relações capitalistas, "[...] a política social é a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado." (OFFE, 1984, p. 15).

Conforme argumenta o referido autor, nesse cenário, o Estado político democrático passa a ser o consumidor primeiro do sistema capitalista, não bastando estar abaixo deste no espaço público de cidadania, pois cuida de qualificar mão de obra para o mercado e, através de políticas públicas e programas sociais, controla a população excluída dos bens de consumo e de produção. As políticas sociais se tornam oportunidades de resoluções de problemas, definindo a atuação do Estado enquanto intervencionista. Em educação, essa atuação do Estado toma forma a partir das políticas públicas educacionais que, baseadas nas legislações vigentes para educação, principalmente a LDBEN n.º 9394 de 1996, reduz o projeto de educação no Brasil como formação humana à qualificação das forças de trabalho visando atender aos interesses empresariais. Nesse sentido, o Estado como promotor de condições competitivas individuais, vê nas políticas públicas sociais a tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista.

O Estado pós década de noventa promove, então, intervenções, pois o governo neoliberal da época não defende a responsabilidade do Estado em relação ao oferecimento da educação pública a todo cidadão, prova disso foram às inúmeras privatizações de empresas estatais ao capital estrangeiro, inclusive empresas multinacionais interessadas em negociar com instituições de ensino superior do setor privado. Assim, a educação torna-se a partir daí um alvo também de negociações capitalistas. A responsabilidade do Estado com a educação é transferida ao cidadão, em nome de sua liberdade de escolha, do que é direito subjetivo e legal, como prevê a Constituição Nacional de 1988, bem como é reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente. A educação, responsabilidade do Estado, passa a ser alvo de preocupações de escolha dos pais de uma

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

educação melhor para seus filhos. Ou seja, uma preocupação que deveria estar no campo do Estado, como obrigação legal, agora, se encontra no espaço privado da família que, alienada à sociedade de consumo capitalista reproduz a ideologia de consumir educação como se fosse um produto, um objeto.

Em um Estado democrático, inspirado nos ideais liberais que, a partir da década de noventa, passam a serem conhecidos como neoliberais, geram-se políticas compensatórias, no universo educacional compensatórias, focalizadas na capacidade de escolha subjetiva de cada cidadão e também na responsabilização individual e da sociedade civil. Como exemplos podemos citar aqui as diversas bolsas criadas, a saber: Bolsa Escola, Bolsa Família, Programa Universidade para Todos-PROUNI, as políticas afirmativas, como sistema de cotas para negros nas universidades públicas. Todas essas políticas, dentre outras, são ações pontuais que, preocupadas com a inclusão social, maior eficiência e eficácia do processo de aprendizagem, democratização da educação e da gestão escolar, bem como aplicação de recursos, caracterizam um Estado que se mantêm como avaliador da educação, pois depende dos seus resultados para o desenvolvimento econômico, o que realça a necessidade de frisar o que, neste texto, está sendo tomado como democratização da educação.

A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Foi a partir da década de quarenta do século passado que o Brasil, na necessidade de tornar-se um país industrializado, iniciou um processo de democratização do ensino, pois não condizia com a necessidade da época o alto grau de desescolarização da população. Ao logo dos anos, a educação pública se desenvolveu "de forma desigual e combinada", tanto no setor público como privado (CUNHA, 2004, p.81). Foi a partir deste período que a educação popularizou-se instigada pela necessidade do desenvolvimento econômico mais abrangente como em nenhum outro período histórico, apesar de ser a passos lentos, em comparação aos outros países da América Latina. Desde então, entre conquistas e retrocessos, o Estado tem se apresentado na situação de fazer valer, por meio de políticas públicas, o direito de educação a todos os cidadãos. Muitos programas foram

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

implementados, desde os específicos de alfabetização e educação básica aos de educação profissionalizante e superior para atender à necessidade de amplitude da educação popular, bem como suprir formação qualificada para atender à crescente demanda do desenvolvimento econômico e produtivo.

O cenário em que se deu a evolução do processo de democratização da educação no Brasil pode ser compreendido em Freire (2001) quando afirma que, dessa situação, educadores e grupos populares descobriram a educação do povo como direito civil. Como tal, deve ser compreendido, sobretudo como um processo de militância que merece reflexão e atenção. É nesse sentido que a prática educativa no seio da sociedade brasileira passou a ser compreendida como prática política, se negando cada vez mais se aprisionar nos trâmites burocráticos escolares. Com isso, o universo educacional, de cunho democrático, desencadeia um novo projeto de sociedade em que se busca forjar, no cidadão de direitos, um sujeito constitutivo de conhecimentos que mova a sociedade a patamares de desenvolvimento social, político e econômico.

O entendimento e reconhecimento de que a educação é condição consciente, não só de direitos, mas de crítica transformadora da realidade em que se encontra o cidadão que, mesmo sem descuidar da educação profissionalizante da maioria da população, não se constitui de neutralidade política como pretende a ideologia burguesa, sempre pairou na história da educação do país. Freire (2001) entende que a educação é um processo que permite ao cidadão o acesso à compreensão científica de suas próprias realidades, sendo essa compreensão histórica acerca do papel da educação no seio da sociedade democrática uma das tarefas fundamentais da educação para que possa atender o povo na promoção de sua igualdade e de sua apropriação, evitando a mera repetição inalterada do presente e do passado. Este é o sentido do político e do histórico no entendimento de Freire: um tempo histórico que vê, a partir de possibilidades legais e políticas, o vislumbrar de um novo tempo - um tempo de educação popularizada de fato, sem nenhum aforismo ingênuo, deixando para trás um total estado de exclusão da maioria população à educação bem elaborada.

Do ponto de vista da educação, ocorre uma disputa entre o ajuste dos sistemas educacionais às demandas da nova ordem do capital e as demandas por uma efetiva democratização do acesso ao conhecimento em todos os seus níveis. Os anos de 1990 registram a presença dos organismos internacionais que entram em cena em termos organizacionais e pedagógicos, marcados por grandes

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

eventos, assessorias técnicas e farta produção documental (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 97). Esses organismos exerceram influência na elaboração e execução das políticas educacionais no Brasil, com especial destaque à reforma educacional, realizada por meio da nova LDBEN de 1996. Foram intensificados os debates sobre a democratização do acesso ao ensino superior, destacando-se as discussões sobre a política de cotas nas universidades públicas e o Programa Universidade para Todos (Prouni). Nas principais recomendações da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL-UNESCO) e do Banco Mundial (BM) com relação à questão da reforma educacional, no documento "Educación y Conocimiento: *Eje de la Transformación Productiva com Equidad*", publicado em 1992, observa-se que as estratégias se concentram em três níveis: 1) Objetivos (cidadania e competitividade); 2) Critérios para elaboração das políticas (equidade e eficiência); 3)Diretrizes de reforma institucional (integração nacional e descentralização).

Segundo Shiroma (2000, p. 65), o referido documento da CEPAL "enfatizava a necessidade de reformas administrativas que operassem uma transmutação do Estado Administrador e provedor para um Estado avaliador, incentivador e gerador de políticas". No "Documento de Política para *el Cambio y Desarrollo en la Educación Superior*" (1992), a UNESCO já apresentava algumas posições que deveriam ser consideradas nos programas de ação interna dos diversos países. Como analisado por Aguiar (1998, p. 107), as três tendências principais destacadas no documento eram: "(i) a expansão quantitativa, (ii) a diversificação das estruturas institucionais, (iii) e, as restrições financeiras."

A questão das políticas educacionais implementadas na educação básica e na educação superior a partir da década de noventa, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, trouxe como afirmado anteriormente, a educação como direito subjetivo de cada cidadão brasileiro. Essa década é o marco da implantação de políticas públicas em educação, mas também de um projeto de formação escolar fundamentada no direito à educação e na educação por direito. Trata-se de um período marcado por conflitos entre a "expectativa da implementação de políticas públicas que concretizassem os direitos conquistados, assegurados em lei, e as restrições políticas e econômicas impostas para sua implementação" (CUNHA; CUNHA, 2008, p. 15), diante de um movimento de reestruturação de reforma do Estado.

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

Conforme prerrogativas do projeto de reforma (BRASIL, 1995), o Estado deixa de ser provedor e executor de políticas públicas para desempenhar o papel de regulador. A implementação da chamada reforma tem implicado em restrição da ação do Estado no que se refere às políticas sociais e ampliado o espaço de participação de iniciativas privadas na realização de atividades que não são consideradas exclusivas do Estado, como a saúde, educação.

Quanto ao conceito de Estado, enquanto um conjunto de instituições permanentes e de Governo como um conjunto de programas e projetos e de Políticas Públicas Sociais, o universo educacional é um dentre muitos na sociedade contaminada pelas ações do Governo, tais como, saúde, previdência moradia. Portanto, a orientação política de um governo caracteriza as funções do Estado. Sendo assim, é o "Estado em Ação" (HÖFLING, 2001, p. 24), é o Estado implementando um projeto de governo através de programas e ações voltadas para a sociedade.

Höfling (2001) afirma que para a compreensão e avaliação das políticas públicas em educação faz-se necessário uma retomada conceitual desses construtos. Ou seja, almejar quase duas décadas depois, avaliar e discutir as políticas neoliberais em educação seus resultados e importância requer claridade conceitual de onde e do que estamos falando. Considerando que o universo das políticas em educação possuem em suas entrelinhas, algumas questões fundantes como, decisões e escolhas a serem tomadas e feitas, tem-se que escolher caminhos a serem construídos e novos modelos a serem discutidos.

O SURGIMENTO PROUNI E O CONTEXTO NEOLIBERAL

Segundo Valle (2009) a associação do Brasil e de outros países da América Latina a esse pensamento único e integrado de mercado e trabalho ocorreu após o endividamento desses países na década de 1970, quando ficaram subordinados às regras impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Os países, a partir de então, devem seguir as recomendações e padrões sugeridos por essas três entidades para integrar o mercado mundial. A competitividade e formação de mão-de-obra

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

qualificada orientam as recomendações do Banco Mundial quanto à expansão do ensino superior. Na percepção do autor, tais organizações é que definem as regras para o desenvolvimento no contexto da globalização a partir do documento elaborado pelo Banco Mundial com recomendações para a educação superior que abala a soberania dos Estados na formulação de políticas públicas mais adequadas ou coerentes com as suas necessidades, quando o que predomina são os interesses neoliberais.

O neoliberalismo é uma ideologia voltada para o mercado que leva em conta fatores como mão-de-obra, consumo e a pouca intervenção do Estado para assegurar a manutenção do modelo capitalista. A educação é entendida pela Organização Mundial do Comércio como um produto, colocando em primeiro lugar o caráter empresarial da educação e desconsiderando-a como um direito de todo cidadão. Em documento analisado por Valle (2009) percebe-se que o Prouni possui identificação com essas recomendações da OMC que entende o aluno como cliente, a educação como serviço e enfatiza o marketing escolar. Para os organismos internacionais, a formação no ensino superior é imprescindível para países em desenvolvimento e a prioridade é o desenvolvimento de currículos para a ciência e tecnologia, bem como educação.

O programa utiliza subsídios indiretos do setor privado para financiar mensalidades parcialmente ou integralmente para estudantes de baixa renda em troca de vantagens fiscais, como afirma Valle (2009). No que se refere à educação, o modelo de parceria público/privado pode gerar uma ampliação no número de vagas no ensino superior ao passo que pode significar uma diminuição de investimentos na área de educação superior pública. Como analisa o autor, na atualidade, as políticas públicas se constituem de uma correlação de forças sociais, conjugando interesses específicos de determinados seguimentos da sociedade, em que os interesses das classes economicamente dominantes prevalecem, mas não é unanimidade. No caso das políticas públicas para a educação, a influência dos organismos internacionais e os interesses das elites globalizadas aparecem claramente determinados nas políticas de expansão das relações capitalistas mundiais.

Essa interpretação é corroborada por Draibe (1993) que relaciona as recomendações do Banco Mundial e a efetivação de políticas públicas no Brasil dentro do contexto da globalização. Para a autora, o neoliberalismo possui propostas práticas que reinventam o liberalismo com formulações conservadoras, porém não possuí base teórica própria. As propostas práticas mudam

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

quanto às responsabilidades públicas na questão educacional entre outras. Os neoliberais são guiados por teorias do pensamento liberal conservadoras que priorizam o mercado e o individual em detrimento do Estado, que deve ser mínimo, e da coletividade. Há o incentivo das parcerias com a iniciativa privada e reformas.

Nessa linha de pensamento, faz-se necessário o acesso mínimo ao ensino superior seguindo três passos: descentralização, a privatização e a focalização. Esses passos o autor identifica, quando analisa o Prouni em consonância com as recomendações do Banco Mundial. Na focalização, o Estado intervém apenas no campo da assistência social. Ainda, outra forma apontada por Draibe (1993) é direcionar alguns serviços para associações de filantropia e organização comunitárias, no caso das universidades sem fins lucrativos. No que tange à transferência, Draibe (1993) se refere à passagem para o setor privado de bens públicos e desengajamento do Estado das responsabilidades que lhe eram atribuídas, bem como a terceirização de serviços antes públicos.

Quando aplicados esses passos à educação, tais formulações tornam-se problemáticas, pois, no contexto neoliberal, a educação é entendida como um produto e um serviço assim como qualquer outro, destinado a atender às demandas de mão e obra para o mercado. O neoliberalismo pode ser entendido como uma nova forma de compreender as relações sociais, quanto ao público e privado, determinando o Estado mínimo e a desestatização da economia, privatizando empresas governamentais, reduzindo encargos sociais aos assalariados e a busca por lucro e produtividade, atendendo às corporações transacionais. Assim, cabe ao indivíduo preparar-se para a competitividade do mercado de trabalho, gerando uma disparidade que beneficia alguns segmentos da sociedade em detrimento de outros.

TER SIDO BOLSISTA PROUNI: NA VISÃO DOS EGRESSOS PESQUISADOS

Criado em janeiro de 2005, o Programa Universidade para Todos (Prouni) concede bolsas de estudos integrais e parciais de 50% e 25% em faculdades privadas aos brasileiros que não têm diploma universitário, com renda per capita máxima de três salários mínimos, considerando os

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

valores atuais, e que fizeram o ensino médio em escolas públicas. Ao completar uma década, pudemos observar no portal eletrônico do MEC que o programa oferecia bolsas em 25.900 cursos de 1.232 universidades e faculdades.

A Lei n.º 11.096, de 2005, comumente denominada Lei do Prouni, determina que, para aderir ao programa, a instituição de ensino privada deve oferecer, no mínimo, uma bolsa integral para cada 10,7 estudantes pagantes matriculados no ano letivo anterior. Há, também, a opção de dar uma bolsa integral para cada 22 estudantes, complementadas com bolsas parciais com valor correspondente a 8,5% da receita anual da empresa. Podem concorrer às bolsas integrais estudantes que possuam renda familiar bruta por pessoa de, no máximo, 1,5 salário mínimo. Já as bolsas parciais, de 50%, são destinadas a alunos com renda de até três salários mínimos. O critério de renda, porém, não é o único considerado; conseguir uma das bolsas depende também de uma boa nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Assim, apesar do número expressivo de bolsas, a concorrência pode ser dura e nem todos conseguem.

O Prouni consiste numa política pública voltada à garantia do acesso, permanência e produtividade acadêmica desses estratos da população no ensino superior com o objetivo de contribuir para a sua inclusão social. A avaliação de políticas públicas pode ser considerada uma área de pesquisa ainda incipiente do ponto de vista teórico e metodológico. Ainda existem poucas pesquisas de impacto desta política no que se refere ao objetivo a que se propôs, que é a inclusão social. Em geral, os estudos concentram-se na aferição de impacto quantitativo, objetivo e imediato das ações desenvolvidas, mas não analisam de forma mais profunda os seus reflexos qualitativos para a vida dos egressos bolsistas e para a sociedade.

De acordo com Belloni (2001, p. 14), "A avaliação de política pública é um dos instrumentos de aperfeiçoamento da gestão do Estado que visam ao desenvolvimento de ações eficientes e eficazes em face das necessidades da população". Na compreensão do autor, a concepção e metodologia de avaliação das políticas públicas implicam um processo sistemático de análise das atividades, o que significa compreender, de forma contextualizada, todas as dimensões e implicações da política avaliada, reconhecendo os seus sujeitos e o próprio processo avaliativo.

Embora com um público alvo reduzido, o resultado da pesquisa, que ora são apresentados neste texto, possui sua relevância por se tratar de um estudo qualitativo cujos participantes estão,

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

atualmente, inseridos no mercado graças à bolsa Prouni. A coleta de dados com os egressos do Prouni que se deu por meio da aplicação de um questionário semiestruturado e que teve o retorno de dezessete egressos, permitiu levantar o perfil dos participantes e os impactos da política pública Prouni para suas vidas por terem cursado o ensino superior.

A coleta de dados, inicialmente, revela de forma significativa a variação do total do número de bolsas do Prouni, porém, vale ressaltar que, de acordo com o departamento que administra as políticas de bolsas da IES pesquisada, todas as bolsas ofertadas pelo programa Prouni foram distribuídas, como recomenda as regras determinadas pelo MEC. Nos últimos anos, os municípios atendidos pela universidade somaram-se cinquenta e um, mas na coleta dos questionários respondidos, apontou-se para a origem dos participantes de dez municípios.

Essa amostra, apesar de reduzida, permite algumas observações: 1) a importância desta universidade para educação superior no sul do estado de Minas Gerais; 2) a importância do Prouni nesta região distante dos grandes centros; 3) o número de bolsas ainda tímido pelo número total de alunos matriculados na IES pesquisada.

Quanto à questão de gênero, os dados apontam para uma maioria do sexo feminino (70,6%), representando quase o dobro do gênero masculino (29,4%). Não nesta mesma proporção, isso confirma um dado geral para o público que compõe o ensino superior no Brasil, desde os últimos anos, com uma presença cada vez maior do sexo feminino. Quanto à origem dos participantes, a maioria, nessa amostra, encontra-se no entorno da localização da universidade, nessa amostra, evidenciando a importância da instituição e da política Prouni para a região. Dos dezessete participantes da pesquisa apenas um é oriundo de escola privada, na qual estudou com bolsa. Esses dezessete bolsistas conseguiram Prouni integral.

Relativamente à origem dos cursos de graduação concluídos, 52,9% dos participantes se formaram em cursos de tecnologia; 35% em cursos bacharelados e apenas 11,28% em cursos de licenciatura. Esses dados revelam a influência que o mercado exerce na escolha da profissão de acordo com as condições sociais dos estudantes do Ensino Superior que, no caso da IES pesquisada, na totalidade de 100% são de curso noturno. Assim, é possível observar que, nessa região do sul de Minas Gerais, nesse período investigado, o Prouni ao contemplar alunos trabalhadores, especificamente, atende à formação de mão de obra.

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

Outro dado significativo refere-se ao número de participantes que trabalha na área de formação: um total de quatorze entre os dezessete. Cabe ainda destacar que o Prouni foi mesmo à porta de entrada para o mercado de trabalho, pois somente dois responderam que não. A maioria dos participantes da pesquisa é oriunda de ensino médio normal, (70,6%) e parte de ensino médio técnico (11,8%); um número significativo origina-se do curso normal/magistério, presente ainda nessa região, (17,6%).

Questionados acerca de como tomaram consciência da existência do Prouni, como uma política de inserção do jovem na universidade, doze deles afirmaram ser pelos meios de comunicação, TV e internet; dois pelos amigos e dois por outros meios não apontados. Essas informações revelam que, na escola de ensino médio, não existe uma conscientização do jovem quanto à existência dessa política, ou pior, levanta a hipótese de não haver um incentivo dos estudantes para uma formação profissional mais qualificada por meio do ensino superior ao longo do curso. É possível vislumbrar aí, uma contradição posta, uma vez que, o Prouni foi e ainda é defendido como política de inclusão do jovem ao ensino superior e uma das possibilidades de democratização ao acesso da educação superior, além do que poderia contribuir para evitar parte da evasão escolar no ensino médio.

O questionário coletou também, por meio de questões abertas, o significado de terem sido bolsistas Prouni na graduação, agora, formados, sendo identificados nos excertos como Bolsista Prouni (BP1...), como critério de resguardo ético de sua identidade. São apresentados e analisados alguns excertos, selecionados a partir da análise conteúdo, tendo em vista o objetivo da pesquisa.

A) **Significado de ter sido bolsista**: os depoimentos contundentes dos egressos se significam por atribuírem ao Prouni à oportunidade única de cursar a educação superior.

Excerto 1 - (BP1): "O Prouni fez diferença na minha formação, pois pôde me proporcionar uma formação de qualidade sem gerar custo para mim. Como política pública é de fato muito eficiente para atingir àqueles que estudaram nas escolas públicas e não têm condições de pagar um curso superior".

Excerto 2 - (BP2): "Ter sido beneficiada pela bolsa do PROUNI foi maravilhoso, me abriram muitas portas. Certamente sem ela eu teria adiado meu ingresso na universidade por baixa condição financeira. Eu acho ótima essa iniciativa inclusiva do governo, pois, permite que pessoas de baixa renda ingressem numa

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

faculdade e se transformem em excelentes profissionais e além de tudo gratos pela oportunidade. Espero que o programa ainda beneficie muitos jovens!"

Excerto 3 - (BP3): Pra mim o programa foi muito importante, pois não teria condições de bancar uma faculdade.

Excerto 4 (BP5): Foi essencial. Não teria condições de cursar um ensino superior. Não trabalho na área, mas pretendo futuramente. Entretanto, acredito que o curso superior foi uma grande experiência tanto pessoal quanto profissional, uma vez que o curso de pedagogia abre leque para diversas áreas.

B) Significado do Prouni: na visão dos egressos, a bolsa Prouni é uma chance de realização de sonhos dos jovens de classes economicamente desfavorecidas. Uma chance, como uma luz no final do túnel, caso contrário não estariam exercendo uma profissão e poderiam estar no número de desempregados e de economia informal.

Excerto 5 - (BP6): "No meu ponto de vista o Prouni é uma oportunidade para os que sonham em ter uma graduação e sabem que as federais estão cada vez mais concorridas pelos egressantes do ensino particular. As bolsas integrais, como foi meu caso, são fundamentais, pois, mesmo trabalhando e estudando o custo da mensalidade é alto e não teria condições de arcar com mais essa despesa. Eu sempre quis fazer administração e hoje, graças a minha graduação sou funcionária pública, concursada, e trabalho na minha área de formação. Meu sonho se realizou pelo Prouni, e com certeza, hoje, se tenho um bom emprego, estável, foi graças à oportunidade que o programa me proporcionou".

Excerto 6 - (BP4): "O Prouni é uma das maneiras existentes de pessoas com baixa renda se ingressar em um curso superior. A única diferença é que o Prouni trabalha com universidades particulares. Isso faz com que as chances do candidato aumentem, visto que nas universidades federais as vagas são mais concorridas".

Excerto 7 - (BP9): "Um programa que me trouxe a oportunidade de fazer um curso em uma faculdade particular. Sem essa chance, seria impossível realizar um curso, que era sonho desde a saída do ensino médio, mas que não havia verba para ser bancado. O fato de ser uma bolsa fez com que a valorização fosse maior. O curso me trouxe a formação desejada. O fato de ter sido bolsista acredito eu, não tem haver com as expectativas da minha profissão, portanto não posso responder essa questão. Posso dizer, sim, que o curso fez esse "casamento". Enquanto política pública, não tenho conhecimento de programa que insira o jovem na faculdade sem a condição financeira adequada, ademais, nós, os bolsistas, entrávamos por uma seleção muito mais refinada e de disputa acirrada, fazendo com que o "prêmio" fosse mais valorizado. Isso tudo significa jovem que tem capacidade intelectualmente reconhecida, em um determinado curso, e não somente capacidade financeira, para estar ali".

Excerto 8 - (BP11): "Uma excelente chance que me permitiu completar o ensino superior na área de meu interesse. Enquanto política pública, extremamente válido quando não leva em conta o critério racial".

Excerto 9 - (BP12): "Só fiz a graduação por ter conseguido o Prouni, não teria condições de pagar uma faculdade".

Excerto 10 - (BP14): "Com certeza o Prouni foi um presente de Deus para mim, ele fez toda diferença em minha formação, pois não tinha condições de pagar pelo curso".

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

Excerto 11 - (BP15): "Política que deu certo, certamente não seria graduada sem ela. Possibilita uma oportunidade para quem precisa de fato".

Excerto 12 - (BP03): "O Prouni me proporcionou a oportunidade de ingressar em uma universidade, pois não teria condições sem esta política pública".

Excerto 13 - (BP13): "A meu ver, o PROUNI é uma iniciativa legal, porém não ideal; pois o certo seria você capacitar os alunos de escola pública em um nível da escola particular, havendo assim uma competição saudável nas universidades públicas; e não destinar vagas em universidades particulares aos estudantes de escola pública. Sim, o curso fez grande diferença em minha vida acadêmica, entretanto não me ajudou muito em questão de me inserir profissionalmente no ramo de minha formação.

Excerto 14: (BP15) É um ótimo programa, beneficia muita gente que realmente precisa e deseja entrar para uma universidade, porém não possuí disponibilidade financeira compatível com os cursos! Ter sido bolsista fez sim uma grande diferença, pois talvez algum dia eu pudesse pagar por um curso superior, mas até que esse dia chegasse eu teria perdido, talvez 10 anos ou mais da minha carreira profissional e não ocuparia os cargos aos quais já ocupei desde o inicio da graduação".

Excerto 15 - (BP 17): "O Prouni foi fundamental para o ingresso e conclusão de um curso superior. Na época não teria condições de financeiras para isso. Mesmo não trabalhando na área que formei. Acredito que o fato de ter um curso superior me ajudou e muito a conquistar tudo que tenho hoje".

É possível observar a partir dos excertos, ora apresentados, e da literatura utilizada, a visão dos bolsistas egressos do Prouni como resultado de uma política pública que se efetivou entre desafios, tensões, disputas e contradições. Ultrapassando dez anos, o Prouni pode ser considerado como fazendo jus ao título de política afirmativa, permitindo chegar ao consenso de sua efetividade, não significando que tal política não necessite de ajustes e mais garantias, tais como, mais vagas, mais critérios na seleção das instituições e mais condições aos alunos.

CONCLUSÃO

Como toda política pode ser analisada como um caleidoscópio, não será diferente com o Prouni, que recebeu adesões e também inúmeras críticas. Apesar de poder ser inserido no âmbito de discussões das políticas neoliberais, para atender a interesses do mercado, não se pode desconsiderar o valor que esta política representou para aqueles que somente puderam concluir o ensino superior e uma formação qualificada graças ao Prouni, como revelado na voz dos bolsistas.

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

Nesse sentido, o valor social se sobrepõe às críticas neoliberais, entretanto sem desconsiderá-las, e demais discussões subjacentes que não tenham o valor social no cerne da questão.

Como analisado neste texto, a educação deve ser entendida como processo de socialização, pois tem enorme importância na consolidação da nação, o que foi materializado na visão dos participantes, ao possibilitar o ingresso no ensino superior, o Prouni modificou a situação social desses cidadãos, porque lhes garantiu qualificação, empregabilidade e trabalho, possibilitando a melhoraria da condição de vida. Os debates acerca da democratização do acesso ao ensino superior vêm mostrando que não há como pensar no tema da democratização do acesso ao ensino superior no Brasil sem colocar a questão de políticas públicas, denominadas, de ações afirmativas, que são atualmente um tema posto na agenda nacional, objeto de debate no judiciário, nas universidades e nas conversas mais cotidianas.

A pesquisa buscou conhecer, na visão dos egressantes bolsistas, a importância que a bolsa Prouni representou em suas vidas. Os resultados, evidenciados nesta análise, nos levam a considerar o êxito do Prouni como política pública a partir dos depoimentos dos participantes. A instituição pesquisada, de natureza privada, preenche a dimensão das necessidades apontadas pelo MEC na região e vem promovendo referências de qualidade no campo do ensino e da pesquisa. Entretanto, os dados revelam que há um campo a ser problematizado acerca dessa política, pois, observa-se que todas as bolsas são preenchidas, mas o número de jovens que permanecem na lista de espera ainda é pouco significativo em relação ao número total de municípios atendidos e ao número total de jovens.

Ao final deste estudo, é possível concluir que o Prouni é um programa assistencialista do Governo Federal e, como política pública, que vai além da educacional, pode promover a sustentabilidade social de milhões de jovens brasileiros, historicamente, marginalizados da educação superior. Atualmente, atua com uma cifra pouco superior a um milhão, mas poderá alcançar níveis muito mais elevados, caso sejam promovidas alterações e adequações à legislação e normas vigentes, como analisado pela mídia, de modo geral.

O Prouni ampliou as possibilidades para os estudantes de baixa renda e tornou o sonho de cursar uma faculdade algo mais próximo de cada um e de muitos, principalmente dos seus pais, que passaram a alimentar o sonho de chegar ao ensino superior, na esperança de conquistar melhores

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

empregos no mercado de trabalho. Isso fica evidente quando uma pessoa da família, graças ao Prouni, é primeira a ingressar na universidade ou faculdade. Para o aluno, pouco importa se a instituição é pública ou privada, apesar das críticas à qualidade de algumas instituições privadas que apenas têm se aproveitado das chances do Prouni para resolver seus problemas financeiros. O importante, para o aluno, é a conquista do ensino superior e isso pode representar uma revolução em potencial para cada pessoa de uma família.

Por outro lado, cabe reafirmar que, enquanto não se ampliar efetivamente a participação dos envolvidos nas decisões de planejamento e de execução de políticas públicas, as políticas educacionais não alcançarão índices mais positivos quanto à avaliação dos resultados, diante da condição de exclusão social que ainda estamos mergulhados em pleno século XXI. Quando o Estado, realmente, atender a sociedade como um todo e a administração pública considerar a diversidade existente em uma sociedade desigual e heterogênica, as políticas educacionais, tanto como as estruturas, serão de fato democratizadas.

ABSTRACT
This article is the result of reflections from more than a decade of the Program University for All - Prouni - public policy of higher education insertion, aimed at low-income youth to provide the access to this academic level. From the perspective of political and historical analysis, qualitative research aimed to gather information through young egress fellows the meaning of Prouni for their careers. Seeks to describe and analyze, from the literature produced in educational journals and books published on the subject, the effects of this educational policy in the lives of egresses Prouni fellows in the context of neoliberal policies of the 1990 decade. A data collection was performed through a semi-structured questionnaire administered to graduating scholars from a traditional private university in southern Minas Gerais. The study of the impact of this policy on the training of graduates showed that despite the neoliberal scenario in which was fomented, became the unique opportunity of training and qualifications for young people of this region, which are part of the labor market today due to stock market Prouni. The study reaffirms the contradictions surrounding the topic and confirms its importance as a social inclusion policy, although inserted in neoliberal structures.

Keywords: Prouni; Social inclusion; Higher education; Educational policy; Neoliberalism.

RESUMEM
Este artículo es el resultado de reflexiones sobre más de una década del Programa Universidad para Todos - Prouni - política pública de inserción en la educación superior, dirigida a jóvenes de bajos recursos para acceder a este nivel de educación. Desde la perspectiva del análisis político e histórico, la investigación cualitativa objetivó conocer a través de jóvenes becarios egresados el significado del Prouni para sus carreras. Pretende describir y analizar, a partir de la literatura producida en periódicos de educación y libros publicados sobre el tema, los efectos de esta política educativa en la vida de egresados, becarios Prouni en el contexto de las políticas neoliberales de la década de 1990. Se realizó una recolección de datos a través de un cuestionario semiestructurado aplicado a becarios egresados de una universidad privada tradicional del sur del Estado de Minas Gerais-Brasil. El estudio del impacto de esta política en la formación de

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

los egresados mostró que a pesar del escenario neoliberal en el que fue gestionada, se convirtió en la oportunidad única de formación y cualificación para los jóvenes de esa región, que forman parte del mercado de trabajo hoy en día debido a la beca Prouni. A partir del estudio se reafirman las contradicciones en torno al tema y se comprueba que incluso en las estructuras neoliberales, es posible desarrollar una política pública de impacto en la realización de los jóvenes.

Palabras clave: Prouni; Inclusão sociales; Educación superior; Política educativa; Neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. Sistemas Universitários na América Latina e as Orientações Políticas de Agencias Internacionais. In: CATANI, A. M. (Org). **Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina no limiar do séc. XXI.** Campinas: Autores Associados, 1998.

CEPAL/ UNESCO. ***Educación y Conocimiento****: Eje de la Transformación Productiva con Equidad*. Santiago. Chile. 1992.

CEPAL. ***Transformación Productiva com Equidad****.* Santiago. Chile. 1998.

BELLONI, I. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.
CUNHA, L. A. Desenvolvimento Desigual e Combinado no Ensino Superior: estado e Mercado. **Revista Educação e Sociedade***,* Campinas-SP, v.25, n.88, out. 2004, p.795-817.

CUNHA, E. P.; MM. CUNHA, E. S. Políticas Públicas Sociais. In: CARVALHO et al.)Orgs.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002. p. 11-25

DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP.** Dossiê Liberalismo – Neoliberalismo. N.º 17. São Paulo. Mar/Mai. 1993. p. 86 – 101.

FREIRE, Paulo. **Política e Educaçã***o.* São Paulo: Cortez, 2001.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade***.* São Paulo: Arte Nova, 1977.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas-SP, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003 93.

HAYEK, F. **O Caminho da Servidão.** Porto Alegre: Globo, 1977.

HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes,** ano XXI, nº 55, nov./2001.

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

OFFE, C. Algumas contradições do Estado Social Moderno. **Trabalho & Sociedade***:* Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho, vol. 2, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

_____. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações** – investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VALLE, M. J. PROUNI: Política Pública de Acesso ao Ensino Superior ou Privatização? **Dissertação de Mestrado.** Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Educação – da Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba-PR, 2009. Disponível em: http://revista.unibrasil.com.br/index.php/retdu/article/viewFile/72/102: Acesso: nov. 2015.

Recebido em: 15.04.2016 **Aprovado em:** 28.06.2016